

5 Análise da obra de Oliveira Lima

5.1 A resposta a Nabuco: trazer o “mundo” para a “solidão americana”

Em *Minha Formação*, o também historiador-diplomata Joaquim Nabuco escreve:

Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia... *humana* [...]. Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades [...]. A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte [...] a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria [...]. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O *espírito humano* [...] está do outro lado do Atlântico [...] o Novo Mundo para tudo que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão.⁶²

Nabuco foi um marco da *intelligentsia* brasileira no século XIX e teve forte influência sobre Oliveira Lima. Ambos passaram boa parte de suas vidas na Europa e foram profundamente marcados pela presença dos valores monárquicos. Ao contrário de seus colegas, republicanos não só por simpatia, mas por militância, Nabuco foi sempre, desde moço, um adepto da Monarquia. De corpo e de espírito pertenceu ao Velho Continente. “O que me impediu de ser republicano na mocidade, foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida”.⁶³

A “impressão aristocrática da vida” exemplificada pelas monarquias européias é analisada por Herbert Spencer e Walter Bagehot, pensadores com profunda influência sobre Nabuco. Em *Minha Formação*, escreve: A pompa, a majestade, o aparato todo da realeza entrava assim para mim nos artifícios necessários para governar e satisfazer a imaginação das massas, qualquer que seja a cultura da sociedade; a realeza passava naturalmente para as classes das instituições a que Herbert Spencer chamou “cerimoniais”⁶⁴, e, citando Spencer, “Enquanto a espécie humana tiver muito coração e

⁶² NABUCO, N., *Minha Formação*, p. 49 et. seq. Nabuco parece resolver esta esquizofrenia de identidades. Frisa de que lado do Atlântico estão suas afinidades: “As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta Amazônica ou os Pampas Argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Palermo a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre...”.

⁶³ *Ibid.*, p. 97.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 36.

pouca razão, a realeza será um governo forte, porque se harmoniza com os sentimentos espalhados por toda parte, e a república um governo fraco, porque se dirige à razão".⁶⁵

As reflexões de Nabuco têm profundo impacto sobre Oliveira Lima na construção de sua teoria de identidade nacional para o Brasil. Em primeiro lugar está uma provocação, implícita no parágrafo de Nabuco no início do capítulo: como criar um sentimento de nacionalidade nesta “solidão americana”, desprovida de memória e tradição, onde existe uma “ausência de mundo”? Como eliminar o abismo cultural e histórico, simbolicamente representado pelo oceano que divide o Velho do Novo Continente? Não é possível eliminá-lo. O possível é encontrar um espaço sócio-cultural válido em nosso lado do “abismo”. Vamos ver que a resolução dessas contradições é chave para Oliveira Lima ao propor suas idéias para a construção da nacionalidade nas suas obras clássicas, *Dom João VI no Brasil* e *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*.

Oliveira Lima vai buscar responder ao problema da dicotomia América/Europa anunciada por Nabuco, atribuindo um papel fundamental à vinda da instituição da Monarquia para o Brasil. Propõe uma espécie de “terceira via” entre solidão e história. Trata-se de uma solução sincrética: a Monarquia lusitana, começando com a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, traz para o Novo Continente toda a tradição, as instituições, a arte, beleza, ciência, enfim, a “civilização” da Europa para as paisagens solitárias do Brasil. A fusão entre civilização e natureza, e não sua separação (à qual Nabuco parece estar rendido), preencherá a “solidão americana”, trará o “mundo” para o Brasil, criando assim uma nova cultura, um novo sentido de nacionalidade baseado na soma do tradicional ao novo, das instituições à natureza, do *saber* aos *sentimentos*.

⁶⁵ Ibid., p. 36.

Para exemplificar de forma clara esta proposta de identidade nacional de Oliveira Lima, algumas passagens de *D. João VI no Brasil* merecem destaque:

Que dizer das extensões enormes sobre que imperava o cetro português cuja projeção para os lados do Ocidente só na formidável cordilheira andina parecia querer esbarrar, em sua marcha avassaladora de regiões ferrazes e bravias? Ao abrir-se oficialmente ao mundo, em 1808, achava-se o Brasil em grande parte *percorrido*, pode mesmo dizer-se até certo ponto explorado, mas quase nada *estudado*. Os bandeirantes paulistas queriam arrecadar índios e ouro: não se interessavam pela zoologia nem pela botânica... Explorações de caráter científico não as havia sistematicamente organizadas... A colônia foi portanto para os sábios europeus um verdadeiro *mundus novus*, que eles se cometeram a *investigar*.⁶⁶

Nessa passagem está uma das idéias centrais de Oliveira Lima: a noção do sincretismo Europa-América. A paisagem anterior à vinda da “civilização” representada pela Monarquia é primitiva, desconhecida do intelecto, do saber e da manipulação “consciente” humana. Trata-se de uma terra “percorrida” mas não “estudada”, “investigada”. O “estudo” do Brasil, que criará uma imagem unificada de Nação, se tornará possível através dos “marcos da civilização”: as novas instituições criadas pela Monarquia. Assim, o ato de “pensar o Brasil” será canalizado e sistematizado pela “escola” européia, dando forma e disciplina à simples reflexão.

O contraste é forte e claro com a proposta de identidade nacional de Jackson Turner nos Estados Unidos. Para Turner, o sentido de nacionalidade surgia justamente da terra “percorrida” de leste a oeste. O domínio “físico” da natureza é central na tese de Turner. Não há espaço para o pensamento nem para a investigação, mas para a ação humana representada pela exploração da natureza que se desdobra nos diversos modos de produção da evolução capitalista.⁶⁷

Em Turner, a fronteira entre o *wilderness* e a “civilização” se dá entre o que é tocado, explorado, manipulado pela ação humana para fins econômicos e o que não o é. Para Oliveira Lima, essa fronteira é caracterizada pela divisão entre o que foi trabalhado pelo intelecto artístico e científico e o que não foi. Em outras palavras, para sentir o Brasil como uma Nação, era preciso pensá-lo, imaginá-lo, criá-lo, e não simplesmente explorá-lo (que foi o caso no Brasil colônia).

Os empreendimentos intelectuais que iriam “criar” o Brasil teriam de ser orientados e canalizados por instituições especiais – artísticas, educacionais e científicas

⁶⁶ LIMA, M. O., *D. João VI no Brasil*, p. 89.

⁶⁷ Ver os primeiros dois capítulos desta dissertação.

– implantadas pela Monarquia. Pelos caminhos das artes e das ciências, seria possível desenvolver uma imagem da “unidade” Brasil.

5.2

A Monarquia traz o “mundo”

A análise do papel da Monarquia no Brasil se desdobra em etapas: o contexto histórico e político que levou a Casa Real portuguesa a vir ao Brasil; a forma como D. João VI se tornou, embora príncipe português, “fundador da nacionalidade brasileira” com ênfase nos elementos políticos, institucionais, diplomáticos e intelectuais que marcaram seu reinado; a abertura do Brasil para o mundo, ao mesmo tempo em que supera sua condição de colônia transformando-se em reino; a continuidade desses elementos após a Independência e, sobretudo, durante o reinado de D. Pedro II.

5.2.1

Circunstâncias históricas da vinda de D. João VI para o Brasil

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o contexto histórico e político que conduziu a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Oliveira Lima frisa que, longe de ser o mestre de seu próprio destino, D. João veio “fugido” das “perturbações políticas e transformações sociais” que afetavam o resto da Europa e cujo epicentro estava em Paris.⁶⁸ Isto enfatiza uma das características centrais da obra de Oliveira Lima: o olhar panorâmico e global do diplomata que enxerga os eventos no âmbito das relações internacionais e do concerto das nações.

De fato, a “fuga” de D. João VI foi considerada por muitos historiadores brasileiros e portugueses como algo humilhante, até risível, representativa da impotência do rei e do grau de manipulação a que foi submetido por outras potências como a França e a Grã-Bretanha. Não obstante, Oliveira Lima faz questão de ressaltar que não só a Casa Real Portuguesa, mas muitas outras realezas européias estavam sendo afetadas pelo embate entre as potências francesa e britânica:

⁶⁸ LIMA, O., *Op. Cit.*, p. 21 et. seq.

De fato, se lançarmos os olhos para a Europa de 1807, veremos um extraordinário espetáculo: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada por soldados franceses; [...] o quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado de sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes [...] o czar [...] jurando amizades para se segurar em São Petesburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte [...].⁶⁹

De fato, a vinda da corte de D. João VI para o Brasil cumpriu, na visão de Oliveira Lima, um importante papel político e diplomático. Preservou a Casa Real portuguesa do esmagamento pelos exércitos napoleônicos e manteve suas possessões territoriais intactas. Destarte, D. João ganhou tempo, esperando que sua aliada, a Inglaterra, eventualmente derrotasse Napoleão e possibilitasse seu retorno ao trono português. Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Oliveira Lima narra essas condições estratégicas:

Foi afinal no Brasil que o rei D. João VI buscou refúgio e fundou seu governo [...] quando Napoleão [...] declarara decaída de sua realeza a casa de Bragança... O soberano procedeu de acordo [com a prudência], desde o momento que [não podia] se opor à invasão, mas de conformidade também com os conselhos de uma política atilada, desde que escapou, único entre as cabeças coroadas da Europa, ao tratamento humilhante que o imperador reservava para as velhas dinastias [...]. Além disso, manteve intacta a autonomia e a integridade de seus domínios, razão de ser de sua realeza [...]. [Seus súditos europeus] o acusam, sem razão, de haver covardemente abandonado [Portugal] [...]. Não o abandonou de maneira nenhuma. O que fez foi confiar a defesa à única nação [capaz] de se encarregar disso [...] à Inglaterra [...]. Os soldados portugueses, aliados às tropas de Lord Wellington, cobriram-se de glória [em Portugal] [...] e [o país] escapou do perigo de se tornar um apanágio a mais dos napoleônidas [...]. A coroa de Afonso Henriques foi uma das raras com que Napoleão não pôde cingir a frente de protetor da Europa, uma vez delas desaposado os legítimos detentores [...].⁷⁰

Oliveira Lima enquadra sua análise da formação da nacionalidade brasileira pela Monarquia neste esquema de interligação de sociedades. Os eventos nunca podem ser vistos isoladamente, mas sempre contextualizados e interconectados. Além disso, há também a questão da perspectiva comparada, um marco original da obra de Oliveira Lima (cf. capítulo 3 desta dissertação). A comparação da situação de Portugal *vis-à-vis* as outras sociedades européias está implícita nas passagens acima, e o papel da Coroa Portuguesa no Brasil será sempre visto estrategicamente, sobretudo em comparação com o restante da América Latina.

⁶⁹ Ibid., p.19.

⁷⁰ LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 152 et. seq.

Neste sentido, também há uma diferença fundamental em relação à proposta de Turner. O historiador americano se preocupa quase que exclusivamente com o que germina do solo da América do Norte. Ausentes de sua análise estão questões estratégicas no que se refere a outras nações que não sejam os Estados Unidos. Pelo contrário, como sua visão da formação da identidade nacional americana se baseia na ruptura cultural com o Velho Continente, o enfoque de Turner tende a ser insular, sem se prender às turbulências e às correntes que afetam o resto do mundo.

Por outro lado, Turner dá ênfase às bases da sociedade, ao esforço de homens comuns na sua relação com o meio ambiente e à maneira como isso constrói um sentido de nacionalidade. Estados não são as peças principais de Turner, como o são para Oliveira Lima. A preocupação do americano reside nas relações entre homens num mesmo espaço geográfico, ao passo que para Oliveira Lima o importante são as relações entre estados num concerto global.⁷¹

5.2.2.

O refúgio do patriarca: a natureza idílica, “percorrida” e “estudada”

A segunda parte da análise de Oliveira Lima se concentra na chegada da Monarquia lusitana ao Brasil e ao papel que esta desempenhou na formação da nacionalidade brasileira. A primeira questão determinante é a idéia de natureza, representada nas seguintes passagens:

⁷¹ Cf. a análise mais detalhada da obra de Turner nos primeiros dois capítulos desta dissertação.

Fugido do velho reino ante a brutal invasão dos franceses [...] o príncipe regente sentiu dilatar-se-lhe a alma à vista dessa flácida e pomposa natureza tropical, e especialmente em presença do profundo sossego da sua nova capital [...]. Tudo quanto até então constituíra a sua atmosfera de eleição, ele fora encontrar no Brasil. Encontrou as cerimônias de corte [...] os sermões ressoando eloqüentes sob a abóbada dos templos, em festas realçadas pelos acordes... da música sacra mais melodiosa [...]. Encontrou o trato cotidiano [...] com um mundo de acadêmicos [...], de monges [...], de fidalgos [...]. Tudo isto reviveu ele no Rio de Janeiro, e reviveu descansadamente. Para mais num cenário de enfeitiçar, abrilhantado por um sol incomparável, avivado pelos tons cálidos das flores selvagens que esmaltam o verde uniforme das florestas quase impenetráveis, banhado de uma aragem tépida propícia à deliciosa vida sedentária [...].⁷²

A natureza é o marco de um contraste entre o Velho Mundo de homens e estados litigantes e o Novo Mundo pleno de paz, harmonia e tranqüilidade, representado através da verdade simples da vida. O monarca português “foge” da “brutal invasão dos franceses” para um refúgio paradisíaco onde sente “dilatar-se-lhe a alma” na “pomposa natureza tropical”. A passagem descreve uma natureza idílica, espetacular, que propicia uma simbiose entre rei e meio ambiente. Nesta união entre “civilização” e “natureza” se constitui a base da concepção de Oliveira Lima, direcionada para a criação de um espaço próprio para o Brasil. Implícito na passagem está o sincretismo que marca a proposta de identidade nacional do historiador-diplomata. A “civilização” europeia deixada para trás pelo rei é o palco de turbulências e guerras. A nova sociedade a ser construída unirá o melhor trazido da Europa – as artes, a cultura, as instituições, a atividade intelectual simbolizada pelo rei – ao meio ambiente propício “à deliciosa vida sedentária” – isto é, ao ócio produtivo que conduz, desde a Grécia Antiga, à mais nobre das atividades humanas: o pensamento criador.

Neste sentido, também há um forte contraste com a proposta de Jackson Turner. Para o historiador americano, a relação homem-natureza é marcada por um embate. A natureza não se apresenta como um refúgio de paz e tranqüilidade, um meio pacífico que oferece ao homem a oportunidade de reflexão. Na visão de Turner,

⁷² LIMA, O., *D. João VI no Brasil*, p. 21.

a natureza é um agente transformador do homem, tanto quanto este transforma a natureza. A questão-chave é a ação física, a turbulência, o movimento constante e o espírito de aventura que irão passar do plano territorial para o imaginário (ver primeiros dois capítulos desta dissertação).

Há um vetor direcionado sempre para frente, para o futuro, enquanto que na visão de Oliveira Lima, o importante é o *stasis*, a estabilidade, a harmonia com o meio natural. Sem o *stasis* não há reflexão humana e, sem esta, não se pode estudar nem entender a natureza, questões básicas para a concepção de identidade nacional em Oliveira Lima. Em Turner, o homem se regenera pela luta com a natureza; em Oliveira Lima, pelo idílio.

Na idéia de Turner a natureza é um princípio unificador desde o início, no sentido em que o movimento de conquista da natureza que se inicia no leste do continente americano em direção ao oeste propicia a união territorial e espiritual, criando uma “comunidade imaginária” (ver introdução) que une seus membros pela experiência comum da conquista. Por outro lado, em Oliveira Lima, há dois instantes da natureza: o primeiro, anterior à chegada da Monarquia, em que o Brasil tinha sido meramente “percorrido”; e o segundo instante, com a Monarquia na colônia, quando o Brasil é “estudado”.

No Brasil “percorrido”, a natureza aparece como um princípio de divisão. Longe de ter uma consciência de Nação, com uma referência central e unificadora, o Brasil se apresenta mais como uma “colcha de retalhos”, uma coletânea de territórios fragmentados caracterizados pelas diferenças ambientais e os frutos que geram.

No capítulo “O que era o Resto do Brasil” do clássico *D. João VI no Brasil*, Oliveira Lima faz uma extensa descrição, extraordinariamente precisa e detalhada, sobre o estado do território brasileiro no momento da chegada de D. João VI. Eis alguns trechos:

[...] era o Rio de Janeiro capital mais no nome do que de fato. A residência da corte [...] foi que a consagrou como centro político, intelectual e mundano. Não só a população da cidade [...] cresceu muito; como formou-se uma classe que dantes não existia [...] de burgueses ricos, derivando seus proventos do comércio estrangeiro, o qual dantes também não existia, e familiarizando-se cada dia mais com as idéias e as cousas da Europa [...]. As comunicações da capital com as capitâneas vizinhas pela via terrestre eram [...] difíceis e irregulares [...] [e] os habitantes do interior pouca [...] curiosidade experimentavam sobre o que ocorria à beira-mar, segregados por completo, *em corpo e espírito*, de um mundo que estava caminhando [...] para melhor destino [...]. Tudo no Brasil [...] se encontrava falho, rudimentar e indeciso, e a ignorância vulgar [...] só se modificaria no tocante [à] certa classe [...]. Os limites mesmo do país eram muito

incertos, continuando em plena atividade a expansão portuguesa [...] no fito [...] de ficar com toda a região a leste do estuário da Prata e com tão excelente fronteira [...].⁷³

Em trechos de outras obras, Oliveira Lima frisa as divisões territoriais narrando a história do povoamento do interior do Brasil, as “entradas” e o movimento dos Bandeirantes. Ao contrário de inculcar um espírito de nacionalidade, esses empreendimentos eram movidos meramente por um espírito de ganância e de aventura, uma mobilidade territorial sem o elemento do imaginário, tão central à tese de Turner sobre os Estados Unidos. Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Oliveira Lima destaca as diferenças regionais e o processo de exploração do interior do Brasil:

Vimos ao norte uma sociedade aristocrática [a classe de grandes senhores de terra ligados ao cultivo do açúcar]. No sul do Brasil, o aspecto social era [...] muito diferente. Os *mamelucos* – como haviam sido denominados os mestiços de portugueses e índios – haviam realizado, no começo do século XVIII, uma obra formidável [...] [o movimento dos Bandeirantes] [...]. As pedras e os metais preciosos serviram [...] de ímã para atrair os exploradores para as regiões ignoradas [...]. Iam todos ao acaso, adultos, velhos e crianças [...] dispostos a suportar todos os sofrimentos, orientando-se pela bússola e pelas constelações [...] praticando as piores crueldades com os índios [...] enfim, eliminando-se [...] uns aos outros [...]. Partindo ordinariamente de São Paulo, as *bandeiras* [...] guiaram-se [...] pelo instinto na região do ouro e dos diamantes. E um instinto semelhante havia distinguido os precursores, pois as *entradas* da Bahia e do Espírito Santo [...] haviam tido igualmente por objetivo o alto planalto [...] de Minas Gerais [...].⁷⁴

Mais adiante:

As minas não foram... a única razão do povoamento [...] do interior do Brasil. Ao lado delas houve [...] especialmente no norte, entre Bahia e Maranhão, [...] numa região sujeita a secas prolongadas fazendo contraste com as planícies inundadas da Amazônia, [...] a criação do gado, característica de nosso *sertão* [...]. A população muito espalhada [...] ganhou aí um caráter inteiramente particular [...]. Esta população [...] com pouca mistura de sangue índio e quase nenhuma de sangue negro, corajosa no trabalho, sóbria [...] desconfiada, altiva por [...] bastar-se a si mesma, inclinada aos devaneios heróicos, pronta a recorrer às soluções violentas, dotada [...] de sentimentos cavalheirescos e [...] sujeita [à exaltação religiosa]. Ninguém descreveu melhor o *sertão* [do que Euclides da Cunha] [...].⁷⁵

Várias questões merecem destaque nessas passagens. A primeira é o paralelo que tende a ser estabelecido entre o povoamento do interior do Brasil e o mesmo

⁷³ Op. Cit., p. 89 et. seq.

⁷⁴ LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 95 et. seq. Oliveira Lima faz referências específicas a Capistrano de Abreu e, mais adiante, a Euclides da Cunha como os dois grandes autores estudiosos desse processo.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 127.

processo nos Estados Unidos, narrado por Turner. Praticamente a mesma descrição do sertanejo – trabalhador, austero, corajoso, heróico, violento – pode aplicar-se ao *frontierman* de Turner. Aqui estão os verdadeiros “homens naturais” brasileiros, seres que enfrentam um *wilderness* seco e desértico para se tornarem mestres do seu meio ambiente e de seus destinos, uma gente “altiva por... bastar-se a si mesma.”

Não obstante, várias diferenças com a proposta de Turner podem ser destacadas. Uma diferença importante se resume no seguinte trecho da passagem acima: “...numa região sujeita a secas prolongadas... característica de nosso *sertão*...”. As palavras-chave são “numa região”. A figura do sertanejo é acima de tudo *regional*. O conceito implícito nessa frase não existe na proposta de Turner. A “região” é todo o território que fica além da fronteira entre *wilderness* e civilização, território que é ocupado fisicamente num movimento *uniforme* de leste a oeste. Quando a ocupação física termina, a fronteira passa para a imaginação (ver os primeiros dois capítulos desta dissertação). Em outras palavras, onde existe o desafio e o desconhecido, em qualquer esfera da atividade humana, eis a Fronteira.

O sertão no imaginário brasileiro é ligado estritamente ao território físico que é específico a uma região. O *frontierman* de Turner se transforma numa referência central para o povo americano, um princípio unificador que se aplica a todas as esferas do esforço humano: os políticos, os cientistas, os capitalistas da grande indústria – o *frontierman* é metáfora de todos eles. O aspecto multidimensional, transterritorial e unificador não se encontra na descrição do sertanejo, por mais poderoso e instigante que seja seu apelo na imaginação brasileira.

Outro contraste está na *maneira* em que o Brasil continental foi povoado. Em Turner, a questão é a *uniformidade* – no movimento, na forma de ocupar o território, no efeito da natureza sobre o homem e vice-versa, no novo tipo humano que surge. O que se destaca nas passagens acima é justamente a *diferença*. O Brasil “percorrido” é um território em que a natureza e seus frutos atuam como forças de fragmentação (devido ao tipo de estrutura econômica montada pela metrópole).

A idéia está implícita nas passagens acima: o açúcar do Nordeste, o ouro e os diamantes de Minas, a pecuária do sertão, “as planícies inundadas da Amazônia”, a cisão litoral/interior, entre a cultura das cidades portuárias e o Brasil continental, dividindo seus habitantes em “corpo e espírito”. Eis um Brasil sendo “percorrido” por aventureiros em busca do que a natureza tem a oferecer, moldando seus hábitos e costumes, e fixando suas lealdades, em função de regiões particulares.

Este forte espírito regionalista será um dos principais desafios da Monarquia luso-brasileira e uma das chaves da proposta de Oliveira Lima para a identidade nacional. A ironia é que o próprio processo de povoamento do interior, que fez do Brasil um colosso continental, criou, no seu regionalismo, as mesmas forças políticas e culturais que irão ameaçar a integridade territorial do Brasil – questão esta que a Monarquia irá enfrentar com louvor (isto será discutido mais adiante).

O “princípio unificador” central à obra de Turner é a preocupação maior de Oliveira Lima também. Como criar uma “comunidade imaginada”, com referências centrais e experiências em comum, de um vasto povo, unido pela língua e pela religião, mas tão dividido nas idéias, na imaginação?

5.3

O império constrói a nacionalidade: integridade territorial e uma “comunidade imaginada”

5.3.1

Mantendo a união territorial à força

O papel principal da Monarquia no Brasil, primeiro com D. João VI e continuando na Regência e nos Reinados de D. Pedro I e D. Pedro II, foi a criação de uma referência central, tanto política quanto cultural, que uniria o território “retalhado”, ameaçado cada vez mais de desintegração. Sob o símbolo da Casa Real de Bragança, criou-se um governo centralizado no Brasil, elevando-o de condição de mera colônia para a condição de reino. Junto com este governo foi implantada, ao longo de todo o Império, uma nova e abrangente matriz cultural, composta por instituições especificamente *nacionais*. A lista é infindável, mas entre as principais estão: Biblioteca Nacional, Museu de Belas Artes, Instituto Histórico-Geográfico, Faculdades de Medicina, Mineralogia (entre várias outras que iram se transformar na Universidade Federal do Rio de Janeiro), o Jardim Botânico, o Museu Nacional de Antropologia, Banco do Brasil, uma imprensa de cunho *nacional*. Abriram-se os portos, uniformizou-se o sistema alfandegário e tributário, construíram-se rodovias que interligassem as regiões, fundaram-se departamentos da marinha e do exército. Eram os marcos da “civilização” que integrariam o Brasil ao “mundo”, e acabariam com a “solidão americana” tão lamentada por Nabuco.

No que concerne à proposta de identidade nacional de Oliveira Lima, a centralização da Monarquia conseguira ao menos uma vitória importante e fundamental: manteve a integridade territorial do Brasil face às forças centrífugas das diversas regiões, cujas lideranças se inspiravam nas idéias republicanas advindas da França e dos Estados Unidos. Neste sentido, o Brasil manteve sua unidade territorial, sendo preservado da fragmentação de vice-reinos ocorrida no resto da América Latina. Na América Espanhola, a ausência de um governo central possibilitou que as mesmas forças regionalistas existentes no Brasil lá vingassem. As revoluções republicanas da América do Sul e América Central recortaram o continente numa coleção de pequenas repúblicas, em contraste com o colosso continental mantido sob direção da realeza luso-brasileira.

Na coletânea de ensaios *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, Oliveira Lima ressalta essa questão em perspectiva comparada:

*[...] the maintenance on the throne of the traditional dynasty representing the Portuguese past, whose heir [...] identified himself with the new destinies of the country and even made himself the decisive agent of its independence [...] gave the national traditions a strength and importance unique, compared with what was occurring in the neighboring countries of the Spanish world [...]. Thus it was that [the Brazilian Monarchy] succeeded in representing, in Latin America, domestic peace and liberty at a time when a condition of anarchy prevailed in nearly all the rest of the continent.*⁷⁶

A força das tradições, da estabilidade e da união representadas pela Monarquia no Brasil foi alvo também de elogios de estadistas internacionais. Fiel a sua característica de colocar suas análises no contexto comparativo e das relações internacionais, Oliveira Lima cita Metternich:

Fixando os olhos nos negócios da América, os soberanos europeus não têm senão dois grandes interesses a consultar [...]. A primeira é a da conservação dos direitos legítimos das famílias reinantes; a segunda a da manutenção [...] do princípio monárquico contra os progressos da democracia universal [...]. A casa de Bragança, ainda que alvo de todas as tempestades revolucionárias, conservou seus direitos de soberania sobre aquele país, exercendo-os mesmo por um de seus ramos. E se o Império brasileiro puder se firmar e consolidar na totalidade das colônias portuguesas, não veremos, pelo menos, uma nova coleção de repúblicas democráticas cobrindo a metade do continente americano?. [Oliveira Lima acrescenta que] um agente brasileiro não faria melhor defesa da causa do Império [...] [do que Metternich].⁷⁷

Nessas passagens também há um forte contraste com Turner. Na visão do historiador americano, a integridade territorial não precisa ser preservada pelo Estado, pois o sentido de união, de uma comunidade nacional, foi resultado da experiência em comum por parte de um povo que ocupou um vasto território. O próprio processo de povoamento, feito de maneira uniforme e autônoma pelas bases da sociedade, gerou um espírito de identidade nacional independente de qualquer ação externa.

Acrescenta-se a isso a idéia de democracia igualitária que advém da ação independente e da auto-suficiência do *frontierman*. Uma situação em que seres humanos “bastam-se a si mesmos”, e em que todos enfrentam os mesmos desafios, propicia,

⁷⁶ LIMA, O., *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, p. 117.

⁷⁷ LIMA, O. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 194 et. seq.

segundo Turner, um forte sentimento democrático, desconfiado de qualquer força coerciva externa ou de hierarquias impostas.⁷⁸

No Brasil, a manutenção da integridade territorial pelo Estado, utilizando a força, foi uma das principais condições para que se construísse, *a posteriori*, um sentimento de nacionalidade. Neste sentido, considerando que o Império manteve a política latifundiária e escravagista da colônia, o que se encontrava no Brasil era uma sociedade, além de altamente fragmentada em termos de suas lealdades, fortemente hierarquizada. A base da sociedade nortista, buscada na imagem dos proprietários independentes e comerciantes (enfim, de uma classe média) em Turner, no Brasil não aparecia. Sobressaía a massa de escravos e de homens livres e pobres em seu lugar.

5.3.2

Pensamento e forma: as artes e as ciências e a criação de uma “comunidade imaginada”

A manutenção da unidade territorial, portanto, foi apenas um dos pré-requisitos para que se formasse, no Brasil, uma idéia de nacionalidade. O outro componente estava na nova matriz cultural-institucional e no papel que esta iria ter, de conectar o Brasil ao mundo e de fixar uma idéia de Nação no imaginário brasileiro, principalmente por meio das representações nas artes e nas ciências.

A natureza passa agora a ser um princípio unificador. As paisagens pintadas e a flora e a fauna estudadas se constituíram numa “imagem de Brasil”, ao qual acrescentou-se a palavra “civilizado”. A natureza “estudada” é bem diferente da natureza exótica que caracterizava o Brasil anterior à vinda da Monarquia. É uma natureza passível de ser analisada por cientistas em expedições, com ligações institucionais e internacionais, visando o progresso científico da humanidade. É um Brasil que começa a ser documentado por instituições próprias e, por meio delas, integrado à civilização.

O Brasil do Império é um Brasil soberano que se abre para o mundo, recebendo um número sem precedentes de diplomatas, artistas, etnógrafos, botânicos, zoólogos – figuras que vão contribuir para fundar a ciência e as artes nacionais que influenciam

⁷⁸ O que transparece nessas passagens é a ausência de qualquer preocupação de Turner quanto à situação do escravagismo no sul dos Estados Unidos, às divisões geradas e ao papel do Estado, sob liderança de Abraham Lincoln, de manter a união territorial face às forças de secessão da Confederação Sulista.

enormemente na costura de uma idéia central de Nação. Além disso, passariam a revelar o Brasil para o mundo, não mais como um lugar selvagem, mas já como integrante do “mundo civilizado”, passível de ser conhecido quando analisado com as mesmas “ferramentas” provindas da Europa ou referidas aos mesmos cânones artísticos e científicos.

Um exemplo são as expedições de Spix e Martius. A respeito dos dois cientistas, Oliveira Lima escreve:

Chegaram [ao Brasil] duas missões científicas: a austríaca [...] e a bávara, dirigidas por Spix e Martius, os mais ilustres exploradores do Brasil, cuja vida [...] foi devotada ao mais... consciencioso e mais compreensivo estudo do nosso país sob os pontos de vista zoológico, botânico, médico e etnológico [...]. Esses dois intrépidos viajantes, que percorreram quase todo o Brasil [...] coligindo uma infinidade de preciosas informações geográficas, etnográficas, estatísticas e histórico-naturais, receberam da capital brasileira, nove anos depois da chegada da família real, uma impressão assaz lisonjeira [...]. **Eles assim se exprimiram:** ‘Qualquer pessoa que considerasse ser este um novo continente [...] e que imaginasse [...] deparar-se aqui com uma natureza ainda inteiramente rude [...] acreditaria, pelo menos no que toca à capital do Brasil; **tanto tem a influência da velha e esclarecida Europa conseguido apagar neste ponto da colônia o cunho da selvageria americana**, para lhe dar em troca o aspecto de uma mais alta cultura. A língua, maneiras, arquitetura e influxo das produções de indústria de todas as partes do mundo, dão ao Rio de Janeiro uma aparência européia’ [grifos meus].⁷⁹

Aqui está a resposta a Nabuco: o princípio do fim da “solidão americana”, onde “a influência da velha e esclarecida Europa” está conseguindo “apagar” o “cunho de selvageria americana”. Aqui está o lugar que se eleva acima da “rude natureza” para se integrar ao Mundo das Luzes, ao concerto de nações civilizadas. Aqui está a natureza brasileira sendo apreciada não pelo exotismo, mas pelo que contribui à geografia, à etnografia, às estatísticas, aos estudos de história natural.

Nas artes, também, o cunho exótico, não só das paisagens naturais, mas sociais, é sobreposto por um olhar científico, etnográfico, antropológico. Nas telas de artistas como Debret, Rugendas, os irmãos Taunay, vê-se um Brasil das relações sociais, da senzala, da lavoura, da cidade, do comércio, das relações entre índios e brancos, negros e brancos, e um novo “tipo” original brasileiro, o mestiço. É sem dúvida uma sociedade original, distinta da Europa, mas que ao mesmo tempo precisa da “forma européia”, da técnica e do intelecto, para ser representada e incorporada à imaginação como a unidade “Brasil”.

⁷⁹LIMA, O., *D. João VI no Brasil*, p. 71.

5.3.3 O novo tipo brasileiro: o mestiço

Nada mais representativo deste sincretismo do que o mestiço, que irá se transformar na virada do século num emblema de Brasil. Oliveira Lima, referência fundamental para a obra de Gilberto Freyre, já reconhece o poder da miscigenação racial na formação de um tipo sincrético que contribuirá para o sentido de unidade nacional. Escrevendo sobre a insurreição Pernambucana contra a Ocupação Holandesa no século XVII, Oliveira Lima encontra a semente do que virá a ser a Nação Brasil:

[...] a revolta [...] foi a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu poderia dizer, na nacionalidade brasileira. Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa, foi feita pelos oradores exaltados [...] Colonos de Portugal, brasileiros de nascença, índios e negros se bateram de perfeito acordo para expulsar o inimigo [...].⁸⁰

Aqui também o contraste com Turner é dos mais acentuados. Ao contrário das “diferentes raças que se misturavam sob nosso céu”, a “composite nationality” americana (na visão de Turner), que surge em função da experiência em comum da fronteira, não é uma miscigenação de *raças*, mas de *povos europeus*. São europeus do norte – alemães, escandinavos, irlandeses – que se misturam entre si; ausentes estão os índios e os negros. Aliás, a ausência de negros está de acordo com a ausência de uma análise dos efeitos da escravidão no sul dos Estados Unidos, uma experiência inteiramente distinta da experiência da fronteira descrita por Turner, e que provocou profunda cisão na união nacional americana com a qual Turner tanto se preocupou em louvar.

A questão racial, não resolvida por Turner, também não foi resolvida pela sociedade americana. O legado da presença negra e escrava continuou, após quase um século e meio da abolição oficial da escravidão nos Estados Unidos, sendo ainda hoje um motivo sério de atrito e de divisões sociais, políticas e econômicas.

Esta foi uma situação prevista por Oliveira Lima. O historiador brasileiro não deixou de lado os preconceitos de sua época, que davam como pressuposto a superioridade da raça branca sobre as demais. Oliveira Lima, no entanto, era um defensor da miscigenação racial. Acreditava que esta, se feita com um intuito de

⁸⁰ LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 90.

“branquear”, se tornaria uma maneira harmoniosa de se resolver o problema racial sem deixar profundas rachaduras na sociedade. Oliveira Lima defende a mistura de raças, ocorrida não só no Brasil como no resto da América Latina, até como exemplo de união e harmonia racial para a América do Norte. Em perspectiva comparada, o historiador brasileiro analisa a questão numa das conferências que fez na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos:

*[...] the influence of Europe was so powerful, even upon the product of intermarriage, that the most astute politician of the last years of the Brazilian Empire was a mulatto, as was also the most delicate, the most subtle [...] writer recorded in the literary annals of the country [Machado de Assis]. Of mixed blood also was Gonçalves Dias, Brazil's greatest poet [...]. These superior minds, animating bodies in whose veins circulated the blood of the so-called inferior races, are the best testimony to the efficiency of crossing ideas. Moreover, if physical crossing leaves its impress, why should not the crossing of mental or moral qualities have its effect also? [And] [...] why would it not be exercised also in the [...] direction of elevation? [...]. Will not the practical method which [...] the sons of the Iberian Peninsula unconsciously took to solve the problem of the races, perchance facilitate its solution, or rather, will it not assure its solution in the future? Indeed, in your country [the United States], which is in so many ways the most progressive in the world [...] this racial question continues pressing, inciting to acts of violence which you [...] are the first to condemn.*⁸¹

Assim como a proposta de identidade nacional de Oliveira Lima é, de certa forma, uma resposta ao problema da “solidão americana” colocado por Nabuco, as últimas frases dessa passagem também podem ser interpretadas como uma resposta a Turner (não pessoal, é claro, pois os dois não se conheciam e não tinham noção dos seus respectivos trabalhos. Estou falando de uma resposta no nível das idéias). Turner falou de união nacional esquecendo a raça, mas foi justamente esta última – como apontou Oliveira Lima – que se tornou o marco divisor e violento de uma sociedade que dizia sentir-se unida culturalmente pelas experiências em comum da fronteira e do puritanismo.

A miscigenação racial no Brasil e na América Latina foi um elemento de união e de harmonização em sociedades altamente hierarquizadas e estratificadas, divididas por lealdades regionais. Implícita nessas colocações está a idéia de que, talvez, sem o mestiço não poderia haver jamais um sentido de Nação. Não é à toa que Debret e Taunay (e mais tarde Portinari e Di Cavalcanti) já viam no mestiço o símbolo maior de uma idéia de Brasil. Num mundo cada vez mais interligado culturalmente e

⁸¹ LIMA, O., *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon América*, p. 39 et seq.

economicamente, mas ao mesmo tempo cada vez mais cindido racial e etnicamente, o Brasil, tão bem-sucedido em todos os seus sincretismos, talvez desponte como um exemplo de sociedade na aurora deste novo século.